AS RENDAS DAS FAMÍLIAS RURAIS GAÚCHAS NO PERÍODO DE 1992-1999 E 2001-2008

Rita Ines Pauli¹

Maitê Luize Schuhmann²

Carlos Alves do Nascimento³

RESUMO

Este trabalho analisa o comportamento das rendas das famílias rurais gaúchas, utilizando como base tabulações especiais realizadas a partir dos microdados das Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (PNADs), realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período de 1992-1999 e 2001-2008. A classificação das famílias fora efetuada a partir de um agrupamento em quatro tipos: famílias empregadoras; famílias de conta-própria; famílias de assalariados e famílias não ocupadas. O principal resultado da análise mostrou a existência de um nítido processo de diversificação das rendas das famílias rurais, durante todo o período estudado. Foi possível verificar, também, a crescente importância social e econômica das aposentadorias e pensões para o segmento da agricultura familiar, em especial, para as famílias mais pobres.

Palavras-Chave: Diversificação Econômica. Pluriatividade. Rendas Familiares.

1 INTRODUÇÃO

O estudo da evolução dos níveis de renda familiar rural é parte importante de um conjunto complexo de objetivos da política de desenvolvimento rural. As ocupações e as rendas rurais influenciam aspectos técnicos, tais como, eficiência, volume de produção, comércio e políticas de abastecimento. Além disso, implica

fundamentalmente em um desenvolvimento regional mais equilibrado, na preservação ambiental e na segurança alimentar.

A importância do estudo das rendas das famílias rurais decorre de pelo menos três principais razões que se inter-relacionam: a primeira diz respeito à sua insuficiência (rendas baixas), conduzindo a uma situação de pobreza; a segunda refere-se à equiparação das rendas das famílias que se ocupam em atividades similares, mas com domicílios distintos (rural e urbano), ou seja, a comparabilidade; e a terceira razão, mas não menos importante, é aquela que diz respeito à sua instabilidade – aspecto intrínseco às rendas advindas da produção agrícola – ou seja, as alterações que ocorrem de ano para ano (SOUZA e NASCIMENTO, 2006).

Este artigo tem como objetivo analisar a evolução das rendas médias das famílias rurais gaúchas. Procurou-se investigar possíveis tendências entre os contingentes dos diferentes tipos de famílias, assim como de suas rendas. A hipótese que orientou essa investigação foi a de que as rendas agrícolas, progressivamente, perdem participação frente às demais fontes de renda do trabalho (não-agrícolas) e do não trabalho (transferências governamentais e outras fontes de renda).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As informações foram obtidas através de tabulações especiais, realizadas a partir das Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (PNADs)⁴ do período de 1992 a 1999 e 2001 a 2008, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A unidade de análise utilizada é a chamada família extensa que comporta, além da família nuclear, os parentes e agregados que habitam o mesmo domicílio. Dessa forma, procurou-se construir uma unidade de consumo e de renda das pessoas que vivem sob um mesmo teto e que compartilham entre si um fundo comum de recursos monetários e não-monetários. Utilizou-se a tipologia do Projeto RURBANO⁵ de famílias, que as classifica por local de domicílio (urbano e rural) e posição na ocupação (empregadores, conta-própria e assalariados).

A classificação das famílias⁶ de acordo com a posição na ocupação permitiu agrupá-las em quatro tipos, a saber: **Famílias empregadoras:** famílias com pelo

menos um membro na posição de empregador; **Famílias de conta-própria:** família sem nenhum empregador, porém, com pelo menos um integrante com negócio próprio, contando com a ajuda não-remunerada de outros membros da família; **Famílias de assalariados:** famílias sem nenhum empregador ou conta-própria, com pelo menos um membro trabalhando como assalariado; **Famílias não-ocupadas:** famílias sem empregador, conta-própria ou assalariados, cujos membros não tiveram nenhuma atividade produtiva na semana de referência das pesquisas (última semana do mês de setembro de cada ano).

Além da classificação acima, as famílias, com pelo menos um de seus integrantes ocupados, foram classificadas também de acordo com a atividade exercida pelos seus membros na semana de referência em: **Agrícolas:** quando todos os membros exerceram atividades agropecuárias como ocupação principal; **Não-agrícolas:** famílias em que um ou mais membros declaram exercer somente atividades não-agrícolas, tanto na atividade principal como na secundária; **Pluriativas:** famílias nas quais pelo menos um dos integrantes declarou exercer uma atividade agrícola e pelo menos um outro membro declarou exercer uma atividade não agrícola, ou pelo menos um dos integrantes declarou exercer dupla atividade (ocupação principal e secundária) na semana de referência.

3 ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção apresenta uma análise dos seguintes tipos de dados: i) a evolução das rendas médias dos distintos tipos de famílias aqui analisados, no referido período; e ii) a composição das rendas médias da cada tipo de família, nos anos de 1999, 2001 e 2008.

3.1 Evolução das Rendas Médias das Famílias Rurais Gaúchas

A análise da Tabela 1⁷ permite observar que nas áreas rurais agropecuárias gaúchas como um todo registrou-se uma estabilidade (sentido estatístico) nas rendas médias das famílias, na década de 1990. A renda média familiar de todo o

conjunto familiar residente nas áreas não metropolitanas rurais agropecuárias alcançou o valor de apenas R\$619,63, em 1999.

Analisando cada um dos tipos de famílias separadamente, pode-se verificar que as famílias empregadoras foram as que apresentaram mais casos de tendências de crescimento em seus ganhos, quer sejam famílias agrícolas, pluriativas intersetoriais ou não-agrícolas. Observa-se que é o único caso em que a pluriatividade intersetorial apresentou uma tendência positiva de crescimento da renda média (21,4% ao ano). As rendas das famílias empregadoras com atividades não-agrícolas apresentam uma tendência de crescimento bastante forte (27,2% ao ano). A tendência de crescimento das rendas médias das famílias agrícolas também chama a atenção, pois atingiu uma taxa de 9,8% ao ano.

No caso das famílias de conta-própria, há tendência significativa de decréscimo da renda média das famílias pluriativas tradicionais, e estabilidade estatística das rendas médias dos demais tipos familiares. Em relação às famílias de empregados, há uma tendência geral de crescimento das rendas médias do grupo como um todo, o que pode ser explicado pela tendência confiável de crescimento das rendas médias dessas famílias não-agrícolas, em especial daquelas que combinam atividades não-agrícolas com trabalho doméstico, já que as famílias pluriativas, como um todo, apresentam tendências significativas de redução das rendas médias.

TABELA 1 – Evolução das rendas médias das famílias segundo a situação de domicílio e os tipos de famílias no Rio Grande do Sul, 1995-1999 (Em R\$ de setembro de 1999)

Local domicílio/Tipo de família	1995	1996	1997	1998	1999	Taxa cresc. (%a.a.) 1995/99
Não Metropolitano Rural Agropecuário						
Empregadora	2.149,54	991,66	1.205,39	1.862,22	2.234,87	7,3
Agrícola	1.034,31	998,47	1.199,20	2.543,73	1.331,91	9,8 **
Pluriativo	-	1.149,65	1.072,43	2.543,72	2.630,54	
Agrícola + agrícola	4.625,11	-	929,93	-	-	
Agrícola + não-agrícola	1.713,80	1.149,65	1.201,70	2.543,72	3.033,52	21,4 *
Agrícola + SDR	-	-	-	-	-	
Agrícola+não-agrícola+SDR	-	-	-	-	-	
Não-agrícola	1.289,16	798,52	1.368,38	1.725,03	2.919,69	27,2 **
Não-agrícola sem SDR	1.289,16	794,87	1.368,38	1.725,03	2.919,69	27,2 *
Não-agrícola com SDR	-	-	-	-	-	
Conta-Própria	579,51	628,69	587,43	594,39	632,89	1,2
Agrícola	488,84	569,99	531,83	497,62	518,68	-0,2
Pluriativo	800,18	819,3	771,83	693,01	870,36	0
Agrícola + agrícola	774,65	679,42	622,05	435,95	578,53	- 9,8 *
Agrícola + não-agrícola	846,07	881,41	868,49	779,36	984,37	1,8
Agrícola + SDR	504,46	647,71	412,46	472,11	493,21	-3,5
Agrícola+não-agrícola+SDR	-	747,31	-	853,39	-	
Não-agrícola	675,58	634,18	560,34	1.035,84	859,99	10,2
Não-agrícola sem SDR	690,73	640,98	559,32	1.037,95	854,14	9,5
Não-agrícola com SDR	-	-	567,78	1.016,46	931,4	
Empregados	438,03	448,11	451,88	445,98	454,6	0,7 *
Agrícola	293,78	282,2	298,9	277,51	304,26	0,5
Pluriativo	585,03	598,25	586,73	468	526,11	-4,5 *
Agrícola + não-agrícola	770,14	691,3	760,43	508,84	655,47	-6,1
Agrícola + SDR	383,72	422,69	329,97	412,66	340,97	-2,6
Agrícola+não-agrícola+SDR	-	-	-	-	501,15	
Não-agrícola	553,98	516,26	527,9	575,5	574,41	1,8
Não-agrícola sem SDR	635,67	585,27	545,64	622,71	598,64	-0,2
Não-agrícola com SDR	270,07	356,98	427,41	384,87	429	10,5**
Não ocupados	329,38	303,35	322,88	294,64	317,54	-1
TOTAL	605,38	573,1	570,07	572,41	619,63	0,5

Nota 1: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de famílias com menos de 6 observações. Nota 2: estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Nesse caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. Os sinais ***, **, * indicam que a taxa é significativa a 5%, 10% e 20% respectivamente. Nota 3: SDR = serviço doméstico remunerado.

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Urbano (IE/UNICAMP).

A Tabela 2, por sua vez, apresenta as informações relativas à evolução da renda média das famílias rurais agropecuárias gaúchas no período de 2001 a 2008. A renda média familiar não-metropolitana do rural agropecuário total alcançou o valor de R\$ 1.404,85, em 2008, e atingiu um crescimento significativo anual de 4,2%, ao longo do período em análise.

As rendas médias, dos diferentes tipos familiares, evoluíram quase generalizadamente de forma positiva e significativa (sentido estatístico), durante o período considerado. Esses aumentos no valor das rendas médias, segundo as informações contidas na Tabela 2, devem-se majoritariamente ao aumento das rendas das famílias de conta-própria (5,2% ao ano), das famílias de empregados (3,3% ao ano) e das famílias de não-ocupados (4,0% ao ano).

No caso das famílias de conta-própria, pode-se verificar na Tabela 2 que o aumento da renda média ocorreu, principalmente, devido ao comportamento das rendas das famílias exclusivamente agrícolas (4,8% ao ano), das famílias pluriativas (4,8% ao ano) e das famílias não-agrícolas (4,2% ao ano), todas as taxas positivas e significativas, do ponto de vista estatístico. Com respeito às rendas médias das famílias de empregados, o desempenho é bastante semelhante ao das rendas médias das famílias de conta-própria. Observa-se que todos os três tipos gerais de famílias de empregados registraram taxas positivas e significativas de crescimento: famílias agrícolas, 2,7% ao ano; famílias pluriativas, 4,7% ao ano; e famílias não-agrícolas, 2,8% ao ano.

TABELA 2 - Evolução das rendas médias das famílias segundo a situação de domicílio e os tipos de famílias no Rio Grande do Sul, 2001-2008 (Em R\$ de setembro de 2008)

Local domicílio/Tipo de família	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Taxa de crescimento (% a.a) 2001/08
Não metropolitano Rural Agropecuário									
Empregadora	2.411,29	3.793,20	3.185,91	2.606,57	2.636,44	3.122,13	3.514,58	3.546,28	2,7
Agrícola	1.533,19	3.715,18	1.633,97	2.718,18	1.613,49	2.314,36	3.413,60	4.158,43	8,8 *
Pluriativo	3.436,03	4.496,04	4.673,50	2.394,15	2.969,65	5.159,65	3.991,80	3.119,38	-0,9
Agrícola+Agrícola	2.362,56	2.695,71	912,44	1.764,78	1.376,44	20.664,12	941,98	4.085,69	-
Agrícola+Não-Agrícola	3.715,80	4.659,45	5.049,54	2.686,20	3.501,19	3.608,41	4.269,41	2.981,30	-3,2
Agrícola+SDR	2.740,46	-	-	1.698,07	-	-	-	-	-
Agrícola+Não-Agrícola+SDR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não-agrícola	2.020,61	3.111,43	3.663,16	2.745,22	4.271,88	2.495,51	3.080,09	3.226,10	3
Não-agrícola sem SDR	2.020,61	3.111,43	3.888,94	2.745,22	4.271,88	2.495,51	3.080,09	3.226,70	2,8
Não-agrícola com SDR	-	-	2.081,91	-	-	-	-	3.226,19	
Conta-Própria	1.147,68	1.084,44	1.191,13	1.317,43	1.238,64	1.442,05	1.595,31	1.482,67	5,2 ***
Agrícola	1.040,39	938,90	1.039,75	1.179,36	1.130,28	1.254,08	1.398,74	1.277,61	4,8 ***
Pluriativo	1.550,72	1.483,89	1.671,09	1.781,02	1.520,70	1.988,77	2.027,64	2.067,28	4,8 ***
Agrícola + agrícola	1.039,66	918,03	1.288,97	1.069,56	1.022,85	1.370,20	2.045,69	1.719,89	9,6 ***
Agrícola+não-agrícola	1.671,79	1.633,22	1.837,84	1.949,31	1.618,51	2.196,81	2.105,82	2.182,14	4,2 ***
Agrícola + SDR	949,34	1.409,89	784,27	1.134,24	1.267,56	755,44	1.242,77	1.478,17	
Agrícola+não- agrícola+SDR	1.228,74	2.031,22	1.118,06	1.831,49	1.046,35	1.134,28	1.204,27	1.500,00	
Não-agrícola	1.160,11	1.257,69	1.259,71	1.036,15	1.309,57	1.286,85	1.551,33	1.566,28	4,2 ***
Não-agrícola sem SDR	1.183,85	1.256,29	1.211,94	1.057,11	1.380,53	1.307,66	1.580,96	1.641,52	4,8 ***
Não-agrícola com SDR	744,69	1.275,39	1.665,76	218,32	855,44	947,00	899,16	1.082,69	
Empregados	881,51	982,39	944,58	995,11	942,29	1.058,40	1.101,05	1.150,87	3,3 ***
Agrícola	659,85	778,22	675,46	702,45	737,30	838,25	804,16	806,05	2,7 ***
Pluriativo	1.105,74	1.106,85	1.275,13	1.416,30	1.293,43	1.375,30	1.470,15	1.536,72	4,7 ***
Agrícola+não-agrícola	1.161,85	1.232,07	1.478,98	1.400,76	1.335,95	1.416,81	1.619,34	1.726,88	4,8 ***
Agrícola + SDR	846,71	866,83	904,57	1.530,29	1.160,55	954,50	1.171,91	1.099,88	
Agrícola+não-agrícola+SDR	1.257,70	1.253,47	-	-	1.367,78	3.155,77	-	-	
Não-agrícola	1.074,71	1.204,78	1.149,57	1.224,31	1.050,10	1.204,31	1.354,00	1.374,24	2,8 **
Não-agrícola sem SDR	1.085,39	1.254,11	1.206,05	1.260,40	1.131,73	1.292,96	1.407,18	1.373,58	2,8 ***
Não-agrícola com SDR	987,96	917,07	883,25	1.029,95	780,06	799,82	986,09	1.377,56	2,5
Não ocupados	547,2	692,34	661,02	643,67	662,08	769,47	735,91	784,95	4,0 ***
TOTAL	1.083,31	1.123,27	1.151,83	1.246,05	1.170,23	1.343,41	1.445,85	1.404,85	4,2 ***

Nota 1: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de famílias com menos de 6 observações. Nota 2: estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Nesse caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. Os sinais ***, **, * indicam que a taxa é significativa a 5%, 10% e 20% respectivamente. Nota 3: SDR = serviço doméstico remunerado. Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Urbano (IE/UNICAMP).

3.2 Composição das Rendas das Famílias Rurais do Rio Grande do Sul

As Tabelas 3, 4 e 5 permitem verificar os resultados das tabulações referentes à composição das rendas médias dos diferentes tipos de famílias na região não metropolitana rural agropecuária do Rio Grande do Sul, referentes aos anos de 1999, 2001 e 2008, respectivamente.

Uma primeira observação que merece ser destacada, relativa à Tabela 3, é a percentagem, em geral bastante alta, de rendas oriundas de fontes não-agrícolas (38,4%), mas também de aposentadorias e de pensões (17%) na composição das rendas dessas famílias, ainda que a percentagem da renda agrícola seja majoritária, em 1999. Outro aspecto que chama a atenção é a baixa percentagem (menos de 5%) das chamadas “outras rendas” na composição das rendas de quase todas as famílias em 1999, exceto no caso das não-ocupadas, que chega a apresentar cerca de 14%.

Com relação, especificamente aos tipos de família, merece destaque a participação das fontes de rendas de aposentadorias e de pensões, ou seja, as transferências sociais na composição das rendas nas famílias de conta-própria e agrícolas, mas também no caso das famílias que praticam pluriatividade não desejada (atividade agrícola com SDR). No primeiro caso, aquelas chegaram a ser de quase um quarto do total das rendas médias desse grupo de famílias naquele ano. Contudo, o mais impressionante é que, no caso das famílias de conta-própria e pluriatividade tradicionais, a proporção aumenta muito, chegando a ser quase a terça parte da renda média dessas famílias. Por sua vez, as famílias que recorriam a pluriatividade intersetorial apresentam certo equilíbrio entre as rendas oriundas de fontes agrícolas e não-agrícolas e uma percentagem inferior das fontes de renda de aposentadorias e pensões.

Com respeito às famílias de empregados, a participação das rendas de aposentadorias e pensões na composição das rendas médias é bem menor. Essa participação corresponde a praticamente metade, ou até menos da metade, quando comparadas com as famílias de conta-própria. No caso das famílias de empregados com pluriatividade não desejada, destaca-se que a fonte de renda não-agrícola é bem mais importante (60,7%) do que das famílias de empregados com pluriatividade intersetorial sem SDR (31,3%).

TABELA 3 – Composição das rendas das famílias segundo as diferentes fontes de renda conforme o local de domicílio e os tipos de famílias (RS, 1999) (Em R\$ de setembro de 1999)

Área censitária/Tipo de família	Agrícola	Não-agrícola	Aposentadoria Pensão	Outras fontes	1999
	(%)	(%)	(%)	(%)	(R\$)
Não Metropolitano Rural					
Agropecuário					
Empregador	33,4	64	1,9	0,7	2.234,87
Agrícola	95,6	-	3,2	1,2	1.331,91
Pluriativo	31,8	63,9	3,3	1	2.630,54
Agrícola + não-agrícola	10,5	85,7	3,5	0,4	3.033,52
Não-agrícola	-	99,9	-	0,1	2.919,69
Conta-Própria	52	25,5	19	3,5	632,89
Agrícola	73,4	-	23,4	3,2	518,68
Pluriativo	43,1	37,8	16	3,1	870,36
Agrícola + agrícola	70,7	-	28,3	0,9	578,53
Agrícola + não-agrícola	40	42,5	14,1	3,5	984,37
Agrícola + SDR	46	29,1	23	1,9	493,21
Não-agrícola	-	85	10,2	4,8	859,99
Não-agrícola sem SDR	-	83,7	11,1	5,2	854,14
Não-agrícola com SDR	-	99,4	-	0,6	931,40
Empregados	30,2	58,5	8,4	2,9	454,60
Agrícola	87,2	-	9,4	2,4	304,26
Pluriativo	37	50,9	9,7	2,4	526,11
Agrícola + não-agrícola	31,3	55,3	10,9	2,6	655,47
Agrícola + SDR	60,7	25,4	11,4	2,5	340,97
Agrícola+não-agrícola+SDR	23,4	75,4	-	1,2	501,15
Não-agrícola	-	89,6	7,6	2,8	574,41
Não-agrícola sem SDR	-	89,5	7,8	2,7	598,64
Não-agrícola com SDR	-	91,1	5,8	3,1	429,00
Não ocupados	-	0	86,1	13,9	317,54
TOTAL	41,2	38,4	17	3,4	619,63

Nota 1: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de famílias com menos de 6 observações.

Nota 2: SDR = serviço doméstico remunerado.

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Urbano (IE/UNICAMP).

Revista Estudos do CEPE, Santa Cruz do Sul, n36, p.86-103, jul./dez. 2012

Na Tabela 4 verificam-se os resultados das tabulações especiais referentes à composição das rendas médias dos diferentes tipos de famílias na região não-metropolitana do rural agropecuário do Estado do Rio Grande do Sul, relativo ao ano de 2001.

Comparativamente à Tabela 3, nota-se que houve, na Tabela 4, em relação ao total de famílias, uma elevação da percentagem da renda agrícola (49,9%), relativa a fontes não-agrícolas (24,3%) que perderam espaço na composição das rendas das famílias. Entretanto, as rendas oriundas de aposentadorias e pensões (21,7%) tiveram um pequeno aumento.

Com relação especificamente aos diferentes tipos de famílias, pode-se destacar a participação das fontes de rendas de aposentadorias e de pensões, ou seja, as transferências sociais na composição das rendas das famílias empregadoras agrícolas (18,3%), conta-própria (20,4%) e conta-própria agrícolas (23,9%). Nesse último caso, elas chegaram a quase um quarto do total das rendas médias desse grupo de famílias naquele ano. Enquanto isso, as famílias de conta-própria que faziam uso da pluriatividade intersetorial sem SDR apresentavam certo equilíbrio entre as rendas oriundas de fontes agrícolas e não-agrícolas e uma percentagem inferior da fonte de renda de aposentadorias/pensões.

Comparativamente ao ano de 1999, a participação da fonte de renda agrícola elevou-se, em 2001, para 60,2% entre as famílias de conta-própria, enquanto as fontes de renda não agrícolas sofreram uma queda considerável de 16%. Isso evidencia o crescimento do rendimento agrícola relativamente ao não-agrícola na composição da renda das famílias do universo da agricultura familiar.

Com respeito às famílias de assalariados, a participação das rendas de aposentadorias e pensões na composição da renda média é bem menor, correspondendo a quase 14% do total da renda. As fontes de renda não-agrícolas continuam sendo as que oferecem maior rendimento para este segmento, embora se deva ressaltar que, como no caso das famílias de conta-própria, houve uma diminuição da participação do rendimento não-agrícola em benefício de um aumento da participação das rendas de origem agrícola. No caso das famílias de assalariados com pluriatividade não desejada (atividade agrícola com SDR), vale destacar que a fonte de renda agrícola é bem mais importante (63,2%) do que no caso das famílias de assalariados com pluriatividade intersetorial sem SDR (37,1%). Chama atenção a

participação das aposentadorias e pensões na composição das rendas das famílias de assalariados não-agrícolas com trabalho doméstico, pois atinge cerca de 27% do total da renda.

TABELA 4 – Composição das rendas médias das famílias segundo as diferentes fontes de renda conforme o local de domicílio e os tipos de famílias (RS, 2001) (Em R\$ de setembro de 2008)

Local domicílio/Tipo de família	Agrícola	Não-agrícola	Aposentadoria Pensão	Outras fontes	2001
	%	%	%	%	R\$
RURAL AGROPECUÁRIO					
Empregadora	35,8	48,8	8,5	6,9	2.411,29
Agrícola	57,6	-	18,3	24	1.533,19
Pluriativo	37,1	55,4	5,9	1,7	3.436,03
Agrícola + agrícola	85,3	-	13,5	1,2	2.362,56
Agrícola + não-agrícola	29	65,3	4	1,7	3.715,80
Agrícola + SDR	65,4	10,9	21,7	2	2.740,46
Não-agrícola	-	96,5	3,3	0,2	2.020,61
Não-agrícola sem SDR	-	96,5	3,3	0,2	2.021,61
Não-agrícola com SDR	-	-	-	-	
Conta-Própria	60,2	16	20,4	3,3	1.147,68
Agrícola	73,1	-	23,9	3	1.040,39
Pluriativo	42,8	40,1	12,7	4,4	1.550,72
Agrícola + agrícola	80,6	-	19,1	0,3	1.039,66
Agrícola + não-agrícola	40,2	42,6	12,5	4,7	1.671,79
Agrícola + SDR	51,5	34,2	10,5	3,9	949,34
Agrícola+não-agrícola+SDR	21,9	66	12,1	-	1.228,74
Não-agrícola	-	81,5	16,1	2,3	1.160,11
Não-agrícola sem SDR	-	80,9	16,7	2,4	1.183,85
Não-agrícola com SDR	-	100	-	-	744,69
Empregados	36,7	46,6	13,8	2,9	881,51
Agrícola	80,3	-	15,1	4,6	659,85
Pluriativo	39,9	51,2	5,9	3	1.105,74
Agrícola + não-agrícola	37,1	54,2	6,2	2,5	1.161,85
Agrícola + SDR	63,2	24,8	5,9	6,2	846,71
Agrícola+não-agrícola+SDR	10,5	89,5	-	-	1.257,70
Não-agrícola	-	82,2	16,4	1,4	1.074,71
Não-agrícola sem SDR	-	83,3	15,1	1,6	1.085,39
Não-agrícola com SDR	-	72,7	27,3	-	987,96
Não ocupados	-	-	88,2	11,8	547,20
TOTAL	49,9	24,3	21,7	4,1	1.083,31

Nota 1: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de famílias com menos de 6 observações. Nota 2: SDR = serviço doméstico remunerado.

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano (IE/UNICAMP).

Revista Estudos do CEPE, Santa Cruz do Sul, n36, p.86-103, jul./dez. 2012

Em 2008, como se pode observar nos resultados da Tabela 5, a composição das rendas médias do total das famílias gaúchas nas áreas rurais agropecuárias apresentou a seguinte composição: a renda agrícola continuava sendo a mais importante, representando quase a metade da renda total das famílias. Duas outras fontes de renda também continuam se destacando: as rendas não-agrícolas e aquelas originárias de transferências sociais (aposentadorias/pensões). As chamadas “outras rendas” são menos importantes, representando em torno de 4,4% na composição das rendas médias familiares.

A análise do grupo das famílias de empregados revela uma predominância da fonte de renda não-agrícola em relação às outras rendas, sendo que aquela participa com 52,5% do total da renda. A participação das rendas de transferências sociais fica em torno de 10%. No caso das famílias de empregadores, percebe-se uma participação relativa maior das rendas agrícolas, a segunda maior participação percentual desse tipo de renda entre todos os grupos de famílias segundo a posição na ocupação.

Em relação às famílias de conta-própria, observa-se uma participação expressiva da fonte de renda agrícola, atingindo mais da metade na composição total da renda desse tipo familiar. Outro aspecto que merece ser destacado é a alta participação da fonte de renda aposentadoria/pensões, a qual atinge cerca de um quarto (23,5%) da renda familiar. No que se refere às famílias de conta-própria agrícola, verifica-se uma participação maior da renda agrícola, mas chama atenção que a renda de aposentadorias e/ou pensões contribui em quase um terço da renda familiar. Isso pode revelar certa dependência dessas famílias, que são comumente denominados de agricultores familiares, da renda oriunda de transferências sociais na forma de aposentadorias e pensões. Uma afirmação parecida poderia ser feita em relação às famílias conta-própria com pluriatividade tradicional as quais contam, também com parcela importante da renda (acima de 20%), dependente das formas de transferências sociais. Os resultados no seu conjunto confirmam o importante papel social e econômico desempenhado pelas rendas oriundas da previdência social no meio rural, fato que outros autores já comprovaram, em especial Delgado e Cardoso (1999).

TABELA 5 – Composição das rendas médias das famílias segundo as diferentes fontes de renda conforme o local de domicílio e os tipos de famílias (RS, 2008) (Em R\$ de setembro de 2008)

Local domicílio/Tipo de família	Agrícola	Não-agrícola	Aposentadoria Pensão	Outras fontes	2008
	%	%	%	%	R\$
RURAL AGROPECUÁRIO					
Empregadora	48,8	32,4	14,5	4,4	3.546,28
Agrícola	77	-	19,5	3,5	4.158,43
Pluriativo	51,3	35,4	8,2	5,1	3.119,38
Agrícola + agrícola	87,6	-	12,4	-	4.085,69
Agrícola + não-agrícola	44,1	42,4	7,4	6,1	2.981,30
Não-agrícola	-	82,1	12,8	5,1	3.226,10
Não-agrícola sem SDR	-	85,3	9,8	4,9	3.226,70
Não-agrícola com SDR	-	61,8	32,2	6,1	3.222,19
Conta-Própria	54,1	18,4	23,2	4	1.482,67
Agrícola	65,6	-	29,5	4,9	1.277,61
Pluriativo	51	30,4	16	2,5	2.067,28
Agrícola + agrícola	78,9	-	17,2	3,8	1.719,89
Agrícola + não-agrícola	45,9	36,5	15,6	2	2.182,14
Agrícola + SDR	56,1	13	28,1	2,9	1.478,17
Agrícola+não-agrícola+SDR	20	50,7	-	29,3	1.500,00
Não-agrícola	-	84	12,2	3,8	1.566,28
Não-agrícola sem SDR	-	83,6	13,4	3	1.641,52
Não-agrícola com SDR	-	88	-	12	1.082,69
Empregados	32,9	52,5	10,2	4,3	1.150,87
Agrícola	83,1	-	9,5	7,4	806,05
Pluriativo	41,6	51,7	4,9	1,8	1.536,72
Agrícola + não-agrícola	35	58,2	5,2	1,5	1.726,58
Agrícola + SDR	65,4	28,1	3,8	2,7	1.099,88
Agrícola+não-agrícola+SDR	-	-	-	-	
Não-agrícola	-	83,9	12,6	3,5	1.374,24
Não-agrícola sem SDR	-	83,4	13	3,6	1.373,58
Não-agrícola com SDR	-	86,7	10,4	2,9	1.377,56
Não ocupados	-	-	92,2	7,8	784,95
TOTAL	44,5	25,8	25,2	4,4	1.404,85

Nota 1: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de famílias com menos de 6 observações. Nota 2: SDR = serviço doméstico remunerado.

Fonte: Tabulações especiais do Projeto Rurbano (IE/UNICAMP).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação às rendas médias para o conjunto de famílias, notou-se uma estagnação no período de 1995-1999, explicada, provavelmente, porque os grupos de famílias de conta-própria, bastante numerosos no meio rural gaúcho, não estavam conseguindo incorporar cada vez mais tecnologias na sua produção, para assim manterem sua margem de lucro, o chamado *treadmill* tecnológico da Revolução Verde. No grupo das famílias empregadoras, destacou-se a tendência significativa de crescimento das rendas médias das famílias empregadoras, com até dois empregados agrícolas, provavelmente porque, ao contrário das outras famílias, estas estavam sincronizadas com as mudanças no ambiente econômico e social.

No que se refere à análise das rendas médias das famílias no período de 2001-2008, pôde-se observar um significativo aumento das rendas médias das famílias nas áreas rurais agropecuárias como um todo, particularmente entre as famílias de conta-própria e de empregados. Aventa-se a hipótese de que esse aumento deriva-se de um complexo conjunto de ocorrências, conforme apontado nos parágrafos anteriores desta seção, em especial, no que respeita ao apoio creditício e da elevação do nível de empregos não agrícolas, especialmente no caso da agricultura familiar pluriativa. Neste período, também se detectou que as famílias com pluriatividade intersetorial apresentaram os maiores níveis de rendas nos distintos grupos de famílias, concluindo, portanto, que os dados mostram o impacto positivo da pluriatividade na renda familiar e também a melhora nos níveis de pluriatividade.

A década de 90 constituiu-se em um período difícil para o setor agrícola gaúcho, o que levou muitos pequenos agricultores, incapazes de incorporar a evolução tecnológica introduzida com a abertura comercial e com a baixa geral dos preços das *commodities* agrícolas, a procurar nas fontes de renda não-agrícola uma saída para a situação cada vez pior na pequena produção agrícola.

A renda dos empregados agrícolas continua entre as menores de todo o meio rural e, mesmo apresentando tendência de elevação, as rendas provenientes do serviço doméstico remunerado (assim como as demais rendas não agrícolas) continuam sendo mais atrativas (ver última coluna da Tabela V). Esse dado é sugestivo para se supor uma tendência de que mais famílias de empregados

trocarão as atividades agrícolas por não-agrícolas, utilizando o espaço rural apenas como local de moradia.

Ao analisar a composição das rendas médias das famílias rurais, os resultados mostram que as rendas agrícolas continuam a se constituir na principal fonte de renda das famílias. Entretanto, observa-se também um nítido processo de diversificação das rendas, em que ganha importância, em termos percentuais, principalmente as fontes de rendas não agrícolas. Nota-se também uma presença importante da fonte de renda de aposentadorias e de pensões para os diferentes grupos de famílias. Destacam-se aquelas pertencentes ao universo da agricultura familiar, especialmente entre as famílias que dependem da atividade agrícola e com pluriatividade tradicional. Esses resultados revelam o importante papel social e econômico desempenhado pelas rendas oriundas da previdência social no meio rural gaúcho.

Esses resultados, em seu conjunto, apontam para a necessidade de redefinições das políticas voltadas para as famílias rurais. É necessário levar em conta a ocorrência da diversificação das rendas, bem como mecanismos que permitam a sustentação destas em níveis superiores aos atuais, os quais permitam melhorar as condições de vida da população rural e contribuir para um autêntico desenvolvimento desse meio.

Dentre as variáveis fundamentais de análise do desenvolvimento, optou-se, no âmbito deste artigo, por explorar as rendas das famílias rurais do Estado do Rio Grande do Sul. Destaca-se a importância destas como indispensáveis para a adequada formulação de políticas públicas de desenvolvimento para o meio rural. Sugere-se pesquisas que abranjam, também outros aspectos como, por exemplo, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), as variáveis ambientais, os níveis de escolaridade e as condições infraestruturais das pessoas e famílias no meio rural gaúcho.

ABSTRACT

This paper analyses the behavior of incomes of rural households from the State of Rio Grande do Sul, using as a base the special tabulations of microdata from the National Research of Households (PNAD), conducted by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), in the period 1992-1999 and 2001-2008. The classification of household carried out from a cluster of types: household and employees and families unoccupied. The main result of the analysis showed that there is a clear process of diversification of rural household's incomes families throughout the study period. It was possible to also check the social and economic importance of pensions for the segment of family farming, in particular for the poorest households.

Keywords: Economic Diversification. Pluriactivity. Familiar's Incomes.

NOTAS

¹ Professora Adjunta e pesquisadora Departamento de Ciências Econômicas da UFSM. E-mail: rita.pauli@gmail.com

² Mestranda do Curso de Extensão Rural da UFSM. E-mail: mlschuhmann@yahoo.com.br

³ Professor Adjunto e pesquisador da UFU. E-mail: can@ie.ufu.br

⁴ Foram utilizados os dados das PNADs por terem caráter demográfico, isto é, consideram todas as informações dos domicílios e não se restringem às informações das atividades de produção agropecuária das áreas rurais. Todos os dados obtidos se referem ao trabalho único ou principal que as pessoas de dez anos ou mais tinham na semana de referência da pesquisa, geralmente a última semana do mês de setembro.

⁵ O projeto é uma pesquisa mais ampla, coordenada pelo Núcleo de Economia Agrícola do Instituto de Economia da UNICAMP e envolvendo várias instituições de pesquisa. Para maiores informações, consultar <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>.

⁶ A descrição dos procedimentos de recodificação das variáveis da PNAD, necessária para essa classificação dos tipos familiares, pode ser encontrada em Del Grossi (1999).

⁷ A série de tempo exclui os anos anteriores a 1995 para evitar possíveis problemas por se tratar de anos com fortes instabilidades inflacionárias.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. R. Avanços e limites da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. In: XLVII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2009, Porto Alegre. Anais do XLVII Congresso da SOBER, Porto Alegre, 2009.

BALSADI, O. V.; SILVA, A. R. Emprego permanente na agricultura brasileira: panorama do período 2004-07. In: XI ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 2009, Campinas. Anais do XI Encontro Nacional da ABET, Campinas: ABET, 2009.

CONTINI, E.; GASQUES, J. G.; ALVES, E.; BASTOS, E. T. Dinamismo da agricultura. *Revista de Economia Política*, edição Especial, pp. 42-64, jul./2010.

DELGADO, G. & CARDOSO JR., J. C. *Principais Resultados da Pesquisa Domiciliar sobre a Previdência Rural na Região Sul do Brasil*. Brasília: IPEA, 1999.

DEL GROSSI, M. E. *Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro*. Campinas: IE/UNICAMP, 1999.

DEL GROSSI, M. E. Dinâmica dos mercados de trabalho no campo. In: BUAINAIN; DEDECCA. (Org.). *Emprego e trabalho na agricultura brasileira*. Brasília: IICA, v. 9, p. 134-154, 2008.

DEL GROSSI, M. E. ; MARQUES, V.; FRANÇA, C. G. Avanços e desafios das políticas de desenvolvimento rural no Brasil 2003-2010. In: BRASIL. (Org.). *Fome Zero: uma história brasileira*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero, v. II, p. 170-181, 2010.

DEL GROSSI, M. E. ; SILVA, C. M. V.; BOTELHO FILHO, F. B. Migrações na agricultura familiar e de assalariados agrícolas. In: XLVI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2008, Brasília. Anais do XLVI da SOBER, Brasília, 2008.

FULLER. A. M. From Part Time Farming to Pluriativity: a decade of change in rural Europe. *Journal of Rural Studies*, London, v.6, n.4, p.361-373, 1990.

GASQUES, J. G., BASTOS, E. T. e BACCHI, M. R. P. Produtividade e Fontes de Crescimento da Agricultura. *Nota Técnica Age/Mapa*, 2009.

GRAZIANO DA SILVA, J. e DEL GROSSI, M. E. *A evolução das rendas e atividades rurais não agrícolas no Brasil*. NEA – Instituto de Economia – UNICAMP. Campinas, 2001. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>> Acesso em: 16/08/2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra De Domicílios – PNAD, 2001 a 2008*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE (CD-ROM), 2008.

KAGEYAMA, A. *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro*. Rio Grande do Sul: EDUFRGS, 232p. 2008.

MARSDEN, T. Towards the Political Economy of Pluriactivity. *Journal of Rural Studies*, London, v.6, n.4, p.375-382, 1990.

MELLO, H. P. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. Em: *Cinco estudos de casos sobre serviços no Brasil*. Rio de Janeiro, MICT, 1998.

NASCIMENTO, C. A. *Evolução das famílias extensas no Brasil e Grandes Regiões: pluriatividade e trabalho doméstico, 1992-1999*. Campinas, São Paulo: IE/Unicamp, 2002.

PARLAMENTO EUROPEO. *El Desarrollo Rural: Políticas Aplicadas, Sictuacion actual del Debate y Perspectivas del Futuro a nível Europeo*. Doc. Trabajo AGRI-OG. 1998.

SA, H. D. F.; DEL GROSSI, M. E. . Engenharia Financeira do PRONAF: reflexões sobre os arranjos adotados. *Sociedade e Desenvolvimento Rural*, v. 4, p. 1-20, 2010.

SOUZA, M.; NASCIMENTO, C. A. Evolução das ocupações e comparação das rendas das famílias rurais no Estado do Rio Grande do Sul: 2001-2004. In: III ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 2006, Porto Alegre. Anais do III Encontro de Economia Gaúcha, Porto Alegre: PUCRS, 2006.